



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 739/2024**

Município de Iguaba Grande-RJ

Secretaria Municipal de Turismo e Lazer

#### **1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obra de Revitalização do Parque Ecológico Célia Barbosa da Silva, situado no Município de Iguaba Grande-RJ.
- 1.2. O prazo de execução é de 4 (quatro) meses de acordo com o cronograma físico-financeiro e o da vigência da contratação é de 12 (doze) meses, parte integrante deste Projeto Básico, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados da emissão da ordem de serviço e da celebração do contrato administrativo, respectivamente.
- 1.3. Os prazos de que trata o item anterior poderão ser prorrogados na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ **230.925,78** (duzentos e trinta mil novecentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos), conforme planilha orçamentária em anexo.

<b>Item</b>	<b>Fonte</b>	<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço Unitário (com BDI) (R\$)</b>	<b>Preço Total (R\$)</b>
							<b>R\$ 230.925,78</b>
<b>1.</b>			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>				<b>R\$ 23.292,92</b>
1.1.	SINAPI	103689	Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira. Af_03/2022_PS	m²	2,88	R\$ 409,66	R\$ 1.179,82
1.2.	SINAPI	103694	Fornecimento e instalação de suporte de madeira para placas de sinalização, em solo, com h= de 2,5 m e seção de 7,5 x 7,5 cm. Af_03/2022	un	2,00	R\$ 153,70	R\$ 307,40
1.3.	EMOP	02.006.0015-A	Aluguel de container (módulo metálico içável), tipo escritório com WC, medindo aproximadamente 2,20m de largura, 6,20m de comprimento e 2,50m de altura, composto de chapas de aço com nervuras trapezoidais, isolamento termo-acústico no forro, chassi reforçado e piso em compensado naval, incluindo instalações elétricas e hidro-sanitárias, suprimento de acessórios, 1 vaso sanitário e 1 lavatório, exclusive transporte (vide item 04.005.0300), carga e descarga (vide item 04.013.0015)	un x mês	4,00	R\$ 1.167,93	R\$ 4.671,72
1.4.	SINAPI	99059	Locação convencional de obra, utilizando gabarito de tábuas corridas pontaleadas a cada 2,00m - 2 utilizações. Af_10/2018	m	87,30	R\$ 92,90	R\$ 8.110,17
1.5.	SINAPI	93358	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m. Af_02/2021	m³	71,72	R\$ 125,82	R\$ 9.023,81
<b>2.</b>			<b>CARGA E TRANSPORTES</b>				<b>R\$ 5.042,80</b>
2.1.	EMOP	04.013.0015-A	Carga e descarga de container, segundo descrição da família 02.006	un	1,00	R\$ 107,88	R\$ 107,88
2.2.	EMOP	04.005.0300-A	Transporte de container, segundo descrição da família 02.006, exclusive carga e descarga (vide item 04.013.0015)	un x km	59,20	R\$ 43,56	R\$ 2.578,75
2.3.	SINAPI	97914	Transporte com caminhão basculante de 6 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m3xkm). Af_07/2020	m³ x km	380,12	R\$ 4,14	R\$ 1.573,70
2.4.	SINAPI	100977	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 6 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 1,20 m³ / 155 hp) e descarga livre (unidade: m3). Af_07/2020	m³	71,72	R\$ 10,91	R\$ 782,47
<b>3.</b>			<b>PAVIMENTAÇÃO</b>				<b>R\$ 67.489,62</b>
3.1.	SINAPI	92404	Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco 16 faces de 22 x 11cm, espessura 8 cm. Af_10/2022	m²	478,16	R\$ 113,12	R\$ 54.089,46
3.2.	SINAPI	94277	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 80x08x08x25 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. Af_06/2016	m	180,69	R\$ 61,76	R\$ 11.159,41
3.3.	SINAPI	94278	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho curvo, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 80x08x08x25 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. Af_06/2016	m	32,87	R\$ 68,17	R\$ 2.240,75
<b>4.</b>			<b>PAISAGISMO</b>				<b>R\$ 1.554,21</b>
4.1.	SINAPI	103946	Plantio de grama esmeralda ou são carlos ou curitibana, em placas. Af_05/2022	m²	18,58	R\$ 28,30	R\$ 525,81



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECTUR - SECRETARIA DE TURISMO E LAZER**

4.2.	SINAPI	98511	Plantio de árvore ornamental com altura de muda maior que 2,00 m e menor ou igual a 4,00 m. Af_05/2018	un	3,00	R\$ 98,27	R\$ 294,81
4.3.	SINAPI	98509	Plantio de arbusto ou cerca viva. Af_05/2018	un	27,00	R\$ 27,17	R\$ 733,59
5.			<b>MOBILIÁRIO</b>				<b>R\$ 35.557,88</b>
5.1.	EMOP	09.013.0002-A	Banco para jardins com 14 reguas de madeira de lei,secao de 5,5x2,5cm e comprimento de 2,00m,presas com parafusos de porcas nos pes de ferro fundido,estes com 14kg,barra de ferro ao centro do assentamento,inclusive espigao de fixacao,4 bases de concreto de 15x15x30cm,e pintura na cor a ser indicada	un	8,00	R\$ 2.563,46	R\$ 20.507,68
5.2.	EMOP	09.012.0004-A	Mesa de concreto armado,com 4 bancos,conforme projeto cehab,revestidos com argamassa de cimento e areia,no traco 1:4. A mesa medindo 0,80x0,80m,com 0,80m de altura mais a fundacao e os bancos com 0,35x0,35m e 0,50m de altura mais a fundacao	un	10,00	R\$ 1.505,02	R\$ 15.050,20
6.			<b>SINALIZAÇÃO TURÍSTICA E PLAYGROUND</b>				<b>R\$ 82.763,34</b>
6.1.	COTAÇÃO	COTAÇÃO	Totem	un	1,00	R\$ 26.790,86	R\$ 26.790,86
6.2.	COTAÇÃO	COTAÇÃO	Escorregador de madeira ou similar medindo de 2,00 a 2,10m de altura e 0,50 a 0,60m de largura	un	1,00	R\$ 2.154,80	R\$ 2.154,80
6.3.	COTAÇÃO	COTAÇÃO	Gangorra em madeira (2 pranchas)	un	1,00	R\$ 2.116,03	R\$ 2.116,03
6.4.	COTAÇÃO	COTAÇÃO	Casa do Tarzan em madeira com 2 balanços e ponte	un	2,00	R\$ 19.361,68	R\$ 38.723,36
6.5.	COTAÇÃO	COTAÇÃO	Playground em madeira tipo "Casinha suspensa" com balanço, gangorra e escorregador	un	1,00	R\$ 9.747,45	R\$ 9.747,45
6.6.	COTAÇÃO	COTAÇÃO	Balanço em madeira com 2 cadeiras	un	1,00	R\$ 3.230,84	R\$ 3.230,84
7.			<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>				<b>R\$ 15.225,01</b>
7.1.	COMP 01	COMP 01	Administração local	%	100,00	R\$ 152,25	R\$ 15.225,01

## **2. FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

2.1. O objeto trata-se do convênio nº 927903 do ano de 2022 firmado entre o Ministério do Turismo e o Município. Com a execução do objeto, visamos o desenvolvimento do turismo, por meio da adequação da infraestrutura do local, de forma a permitir a expansão das atividades turísticas e a melhoria do bem-estar dos turistas e moradores. Resolveremos os problemas de infraestrutura do local, com a realização de obras de pavimentação e paisagismo.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

3.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de obra de Revitalização do Parque Ecológico de Lazer Célia Barbosa da Silva, no município de Iguaba Grande – RJ. Na prestação dos serviços estão incluídos o fornecimento de mão de obra, fornecimento de materiais, fornecimento de veículos, máquinas e ferramentas, logística de transporte de pessoas e materiais, conforme previsto em planilha orçamentária.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO:**

4.1. Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a serem exigidos a título de habilitação.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Os serviços deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental;

4.2.2. Os materiais empregados deverão atender à melhor relação entre custo e benefício, considerando-se os impactos ambientais positivos e negativos associados ao material;

4.2.3. A Contratada deverá observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitados da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, aplicável quando esta houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

4.2.4. Observar os dispositivos da Lei nº 5.623/2015 que dispõe sobre a obrigação das empresas contratadas pelo município admitirem presos e egressos do sistema prisional como mão de obra para a execução de obras e serviços;

4.2.5. Nos serviços com aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia que estejam regulamentados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), os modelos dos bens utilizados devem

estar classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período de sua utilização ([www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp](http://www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp)).

4.3. É vedada a subcontratação completa ou das parcelas de maior relevância do objeto, em especial aquelas que servirão de parâmetro para a análise da qualificação técnica do contratado na fase de habilitação da licitação.

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.6. A contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do contrato. No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a data em que ocorrer a publicação do CONTRATO, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.7. O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade de seguro garantia prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.8. Considerando que a contratação tem por objeto a prestação de serviços comuns de engenharia, prestados por várias empresas no mercado, não será admitida a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, de modo a aumentar a competitividade no certame e, por conseguinte, a sua economicidade.

4.9. Fica vedada a participação de cooperativas, pois a contratação tem por objeto a prestação de serviços comuns de engenharia, cuja execução requer a prestação direta e individualizada, em conformidade com a legislação trabalhista e normas correlatas. Dessa forma, não será admitida a participação de cooperativas, tendo em vista a natureza de sua organização, que não configura relação de subordinação empregatícia entre seus cooperados e a cooperativa, além de potencial incompatibilidade com os princípios de impessoalidade, continuidade e eficiência na execução contratual. Essa disposição visa garantir a execução adequada do objeto e garantir a economicidade.

## **5. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. Os serviços serão prestados no Parque Ecológico de Lazer Célia Barbosa da Silva, situado na Estrada da Capivara, s/n, no Município de Iguaba Grande-RJ.

### **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá dispor dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no projeto, na planilha orçamentária e nas normas técnicas vigentes, promovendo sua substituição quando necessário.

### **GARANTIA DO SERVIÇO (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

5.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4. O prazo de garantia dos serviços não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, conforme previsto no art. 618 da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) e alterações, contados da data indicada no Termo de Recebimento Definitivo.

### **PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

5.5. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.5.1. Após a finalização de todos os serviços de Ordem de Serviço, será realizada a vistoria com a emissão de relatório que descreverá os possíveis vícios construtivos encontrados, e que deverão ser corrigidos pela Contratada;

5.5.2. A Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias para sanar os vícios encontrados, podendo esse período ser prorrogado, desde que autorizado pela Contratante.

## **6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO:**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **PREPOSTO**

6.5. A contratada designará formalmente o preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **FISCALIZAÇÃO**

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Art. 21, do Decreto Municipal nº 2177, de 2023);

6.9. Além de apontamentos que poderão ser feitos pelo fiscal técnico do contrato, por se tratar de um convênio, cujo a mandatária é a Caixa Econômica Federal, sua equipe técnica também fará vistorias no decorrer da execução e poderá solicitar a correção de qualquer inexistência ou irregularidade identificada no local, passando todas as informações levantadas ao fiscal técnico do contrato, e o mesmo emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

### **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **GESTOR DO CONTRATO**

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI). O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

### **DA MEDIÇÃO**

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo fiscal do contrato, ao final de cada mês. Serão avaliadas as quantidades executadas e a qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional a irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados contratados;

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Qualidade dos serviços prestados;

7.3.2. Quantidade dos serviços prestados;

7.3.3. Utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, bem como sua qualidade;

7.3.4. Procedimentos executados de acordo com as normas técnicas;

7.3.5. Apresentação de ensaios e demais documentos técnicos comprobatórios, conforme for o caso.

7.4. Outros documentos poderão ser solicitados pela Contratante para dar andamento à medição, tais como: memórias de cálculos, croquis de medição, relatórios fotográficos, ensaios técnicos de materiais, relação da lista de funcionários do período, dentre outros.

7.5. A Contratada também apresentará a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. Por se tratar de obra com recurso de convênio, a CEF poderá solicitar outros documentos para a medição.

### **DO REAJUSTAMENTO**

7.7. Os valores pactuados mediante contrato administrativo são fixos e irrevogáveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado o art. 92 §3º, da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001;

7.7.1. Após o interregno de um ano, independente de pedido do contrato, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos índices atualizados da contratação em questão, sejam



eles: EMOP, SCO-RJ e SINAPI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI, EMOP E SCO-RJ do mês de 02/2024.

7.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.9. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.10. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.10.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias após o término da obra, pelos fiscais técnico e administrativo.

7.12.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.12.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar a execução do objeto.

7.12.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo a fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas do Recebimento Provisório.

7.12.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.16. Nos termos do art. 140, §6º, da Lei 14.133/21, em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá a Contratada, pelo prazo mínimo de (5) cinco anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso do vício, defeito ou incorreção identificados, a Contratada ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

#### **ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**

7.17. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO FORNECEDOR: FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **REGIME DE EXECUÇÃO**

8.2. O regime de execução do contrato será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

### **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

8.3. A proposta comercial a ser elaborada em conformidade com as condições indicadas no presente documento e a ser entregue pela Proponente deverá apresentar os seguintes elementos:

8.3.1. Preço global em algarismo e por extenso, para execução do objeto desta licitação, observando as especificações técnicas, planilha orçamentária e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

8.3.2. Planilha Orçamentária de serviços e quantidades, em PDF, com indicação dos valores em reais, por item, assinada pelo Responsável Técnico da arrematante, respeitadas as planilhas constantes do Edital e seus anexos;

8.3.3. Cronograma físico-financeiro, assinado pelo Responsável Técnico da Arrematante;

8.3.4. Período de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao prazo estipulado no Edital.

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente.

### **JUSTIFICATIVA PARA CRITÉRIO MENOR PREÇO GLOBAL**

8.5. Justifica-se o critério de julgamento da licitação ser o MENOR PREÇO GLOBAL por ser aquele que melhor reflete os anseios da licitação, por ser econômica e logisticamente o mais viável, tendo em vista que os itens agrupados possuem interligação com o objeto principal da contratação. O seu agrupamento perfaz um valor maior a ser cotado, sendo um atrativo aos licitantes, proporcionando uma maior economia de escala, melhora na padronização, na logística e gerenciamento dos itens, já que a unidade gestora solicitará o objeto a um único fornecedor, bem como maior agilidade no julgamento do processo, gerando desta forma economia processual. A realização de diversas contratações através do critério de julgamento por menor preço por item, para o objeto em comento se torna inviável por diversos fatores, tais como: Falta de padronização, necessidades de muitos servidores para gerenciar e fiscalizar os diversos contratos, perda de economia de escala e inviabilidade técnica, além do número reduzido de servidores para gerenciar os diversos contratos possíveis. Destarte, podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a contratação. Acreditamos, inclusive, que tal agrupamento (MENOR PREÇO GLOBAL) irá resultar em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contrato mais vantajoso, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência do contrato administrativo. A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho em escala NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS itens licitados, bem como facilitar e otimizar a gestão do contato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento da prestação de serviços objeto da presente contratação, que visa atender interesse público. Tomemos como exemplo: uma empresa que ganhe fornecimento de determinado item (máquina com motorista) e outra com fornecimento de caminhão com motorista, se uma delas atrasar em cumprir a sua avença contratual prejudicará outra que alegará isenção com o fato de ficar impedida de cumprir sua obrigação, o que certamente não ocorrerá quando a única empresa for a responsável pela integridade do objeto contratado e as eventuais apenações recaírem sobre o total da contratação e não em parte e/ou diminuta parte. Importante salientar ainda que a Administração pretende REALIZAR OS SERVIÇOS no seu contexto geral, logo havendo clara interligação entre os itens, visando a plena execução da contratação pleiteada, desta forma caracterizando serem de mesma natureza e essências a realização do previsto, sendo certo que aglutinados e tendo como forma de julgamento MENOR VALOR GLOBAL poderá gerar ao licitante ganhador uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menor preço em sua proposta global e uma maior economicidade a esta Administração.

8.5.1. Sobre o tema o entendimento do Tribunal de Contas da União, quando decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade, (Acórdão 1.167/2012 - TC 000.431/2012-5 - TCU- Plenário - Relator: José Jorge. Do mesmo modo, o TCU se pronunciou através do Acórdão 732/2008, in verbis:

*“A questão da validade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto.”*

Desta feita, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e menor valor global, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativa no presente caso.

### **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

8.6. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica: fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação

8.7. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de atestado(s), devidamente registrado(s) junto ao conselho competente a este mister, da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsáveis técnico(s), que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT,

8.8. Certificado de Registro do detentor ou detentores de responsabilidade Técnica e quadro técnico do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

8.9. Prova de possuir no seu quadro permanente, na data do Certame, profissional de nível superior, **Engenheiro Civil ou Arquiteto** detentor(es) de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA/CAU ou declaração assumindo o compromisso de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, ainda que terceirizado desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, **ENGENHEIRO** ou **ARQUITETO**, reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente);.

8.10. A licitante **deverá apresentar comprovação de VÍNCULO TRABALHISTA do profissional responsável técnico que faz parte do quadro permanente da licitante**, conforme constante na certidão do CREA/CAU, através do contrato social ou certidão simplificada da junta comercial do estado, quando o profissional for sócio da licitante; Através da cópia da carteira de trabalho ou da ficha de registro contendo a última alteração de salário, quando o profissional for empregado; Através de contrato de trabalho com vigência dentro do prazo para execução do objeto desta licitação ou por prazo indeterminado, ou contrato de prestação de serviços e sendo o caso declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

8.11. Considerando que os serviços a serem executados competem exclusivamente ao Engenheiro responsável, é indispensável que a empresa logradora do certame apresente, em seu Quadro Técnico, um Profissional devidamente cadastrado no CREA/RJ, bem como os acervos técnicos autenticados e averbados junto ao CREA/RJ, com os serviços considerados de maior relevância na planilha licitada, descritos abaixo:



ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT.	TOTAL DE SERVIÇOS (R\$) – com BDI	% RELAÇÃO A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
3.1	92404 (SINAPI)	Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco 16 faces de 22 x 11cm, espessura 8 cm. Af_10/2022	478,16 M²	R\$ 54.089,46	23,42%
3.2	94277 (SINAPI)	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 80x08x08x25 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. Af_06/2016	180,69 M	R\$ 11.159,41	4,83%

## 9. VIGÊNCIA:

9.1. Data final da vigência do Convênio: 01 de abril de 2025.

9.2. O prazo é prorrogável sempre que necessário, junto a Caixa Econômica Federal, mandatária do convênio, através de apresentação de ofício de solicitação de prorrogação de vigência e justificativa.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das disposições contidas neste Termo de Referência, a Contratada deverá:

10.1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes;

10.2. Apresentar à fiscalização, antes do início dos trabalhos, as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção;

10.3. Submeter à aprovação da Fiscalização até 5 (cinco) dias após o início dos trabalhos o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados de conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento;

10.4. Registrar diariamente, no Diário de Obras, os serviços executados e em andamento, entrada e saída de equipamentos, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço;

10.5. Executar os serviços e obras em conformidade com desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como com as informações e instruções emanadas pela fiscalização da contratante;

10.6. Facilitar, por todos os meios, as informações e instruções emanadas pela fiscalização da contratante; meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços e obras em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações e/ou esclarecimentos que lhe forem efetuados;

10.7. Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

10.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

10.9. Fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas, equipamentos de proteção individual e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

10.10. Assegurar durante a execução das obras, a proteção e conservação dos serviços executados, bem como, fazer a sinalização e manter a vigilância necessária à segurança de pessoas e dos bens móveis e imóveis, de forma a controlar a entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências do canteiro de serviço;

10.11. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

10.12. Utilizar empregados habilitados com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com normas e determinações em vigor;

10.13. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

- 10.14. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 10.15. Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em e responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas lei, na condição de única jurídicas direta ou indiretamente envolvidas nos serviços e obras objeto do contrato;
- 10.16. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 10.17. Submeter previamente à aprovação da Fiscalização toda e qualquer alternativa de aplicação de materiais, serviços e equipamentos a ser considerada na execução dos serviços e obras objeto do contrato, devendo comprovar rigorosamente a sua equivalência, de conformidade com os requisitos e condições estabelecidas nas especificações técnicas, anexas ao Edital e Contrato;
- 10.18. Não permitir a utilização do trabalho de menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 10.19. Manter durante toda a vigência do contrato, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no instrumento convocatório;
- 10.20. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 10.21. Permitir o acompanhamento da execução por parte dos agentes da administração;
- 10.22. Caberá também RETRATO responder, FOTO cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços e obras, por sua qualidade e segurança nos termos do Artigo 1245 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 11.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações contratuais, consoante o que estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021;  
É dever da Contratante:
- 11.2. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 11.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 11.4. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos abjetos fornecidos, para que sejam corrigidos;
- 11.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato;
- 11.6. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto dos serviços de mão-de-obra empregado, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas;
- 11.7. Providenciar os pagamentos das notas fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados;
- 11.8. Tomar todas as providências necessárias, que lhes sejam pertinentes, à regular execução dos serviços;
- 11.9. Emitir “Ordem de Início” autorizando o início da execução do Contrato;
- 11.10. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas no Contrato;
- 11.11. Vetar o emprego de qualquer serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA que possa ser inadequado, nocivo ou prejudicial à saúde dos servidores;
- 11.12. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no item “Das condições de pagamento” neste termo;
- 11.13. Solicitar o reparo dos serviços que não atenderem às especificações do objeto contratado e/ou às disposições do presente termo de referência e seus anexos e/ou do instrumento convocatório;

11.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.15. Efetuar os pagamentos em conformidade com os quantitativos de serviço realmente executados pela CONTRATADA.

## **12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pela Contratada até a assinatura do contrato;

12.2. O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal ao órgão Contratante, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista contratada.

12.3. Para receber seus créditos a contratada deverá comprovar as regularidades fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação;

12.4. Por se tratar de um convênio/contrato de repasse, as medições da Planilha CAIXA serão feitas por evento, de acordo com o cronograma físico financeiro da planilha. Caso algum item do evento medido não seja executado, o evento será glosado por completo.

12.5. O prazo de pagamento da Nota Fiscal será de até 30 (trinta) dias a partir da data final do período de adimplimento e mediante sua apresentação juntamente com os demais documentos.

12.6. Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo de pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

12.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como, da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ;

12.8. A nota fiscal, isenta de erros, deverá ser previamente atestada pelo Fiscal do Contrato e servidor designado pelo ordenador de despesas;

12.9. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

## **13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

13.1. O valor estimado é de R\$ 230.925,78, baseado através de Cotações e do boletim mensal de custos tabelas SINAPI e EMOP, de 08/2023.s despesas para a presente contratação correrão pelas dotações próprias da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer, dentro da natureza de despesa especificada abaixo:

Contrapartida: Valor R\$ 230,93 4.4.90.51.00.00, PT 20.009.001.273.695.0001.2000 Ficha 113 - Fonte 1720 Repasse: Valor R\$ 230.694,85

O bloqueio foi realizado de forma parcial, correspondente ao valor da contrapartida.

O bloqueio total será realizado após o crédito do recurso do repasse na conta do convênio.

13.2. Devido ao objeto deste processo se tratar de um convênio, no qual recebemos recurso federal para execução do mesmo, a planilha orçamentária foi elaborada com tabelas desoneradas, conforme orientação da CAIXA, mandatária do contrato, considerando o princípio de economicidade e da vantajosidade.

## **14. DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DO SERVIÇO:**

14.1. As empresas licitantes poderão realizar a Visita Técnica. A visita técnica tem por objetivo o conhecimento das condições dos serviços e deverá ser realizada até o último dia útil anterior à data de realização do certame, e deverá ser realizada junto ao responsável técnico indicado pela Secretaria de Obras, devendo a mesma ser agendada previamente através do e-mail seousp@iguaba.rj.gov.br, no horário de 08h às 17h.

14.2. A opção pela vistoria constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas que não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolver não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação,

caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação;

14.3. O atestado de visita técnica será fornecido pela Secretaria de Obras;

14.4. O(s) responsável(eis) pelo agendamento da(s) visita(s) técnica(s) deverão assegurar-se de que a(s) concorrente(s) realize(m) visita técnica em horários distintos, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

14.5. Poderão realizar a visita técnica o responsável da empresa e/ou preposto devidamente credenciados. Caso o responsável técnico a realizar a visita técnica seja sócio da empresa, este deverá apresentar no momento da visita técnica a cópia do contrato social ou documento equivalente e carteira de identificação.

14.6. Caso o responsável técnico a realizar a visita técnica não seja sócio da empresa, deverá a empresa licitante credenciar devidamente este responsável, a quem competirá apresentar no momento da visita técnica instrumento de procuração e/ou e/ou credenciamento devidamente assinado pelo sócio administrador da empresa acompanhado de cópia do contrato social ou documento equivalente e de documento de identificação do sócio administrador signatário do referido documento, assim como a cópia do documento de identificação do responsável técnico (credenciado) da visita.

14.7. Os licitantes que optarem pela não realização da visita técnica deverão apresentar declaração em papel timbrado da empresa de não realização da visita técnica assumindo pleno conhecimento dos serviços a serem prestados e renúncia de questionamentos futuros inerentes a contratação devidamente assinada pelo sócio administrador e responsável técnico da empresa.

14.8. Ficam, desde já, as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará a aceitação tácita das exigências constantes neste instrumento, no Termo de Referência e todas as especificidades que contempla, inclusive naquilo que diz respeito à execução dos serviços. Portanto, não serão aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

## **15. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

15.1. O parcelamento da contratação não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

15.2. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

## **16. JUSTIFICATIVA PARA O PERÍODO DO PROCESSO E DATA BASE DA PLANILHA:**

16.1. A assinatura do contrato de repasse ocorreu no dia 7 de junho de 2022, após foi iniciado a elaboração dos documentos técnicos para análise da Caixa, mandatária deste convênio. A mesma deu o aceite, comunicou a retirada da cláusula suspensiva e solicitou documentação de licitação em 18 de março de 2024. Então, demos início a elaboração deste processo licitatório para executar o objeto.

16.2. Foi utilizada a data base de 08/2023 pois foi neste período que foi realizada a elaboração da planilha orçamentária junto à Caixa Econômica Federal e após análise posteriormente aprovada pela mesma. Por se tratar de um contrato de repasse, após aprovação, não é mais possível alterar valores e reajustar data base.

## **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Os ajustes, suas alterações, disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. O não cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

17.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECTUR - SECRETARIA DE TURISMO E LAZER**

17.4. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

17.5. O valor da multa aplicada à Contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município, ficando a Contratada obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

17.6. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

17.7. As multas não terão caráter indenizatório e seus pagamentos não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

Iguaba Grande, 09 de dezembro de 2024.

<b>Elaborado por:</b>  <b>Thaís Pereira de Aguiar</b> <b>Arquiteta e Urbanista</b> <b>Mat.: 39470</b>	<b>Aprovado:</b>  <b>José Ricardo de Souza Coutinho</b> <b>Secretário Municipal de Turismo e Lazer</b> <b>Mat.: 39252</b>
---	---